

Audiência Pública



“Questão Orçamentária e Reflexos Econômicos da Crise da Segurança Pública”

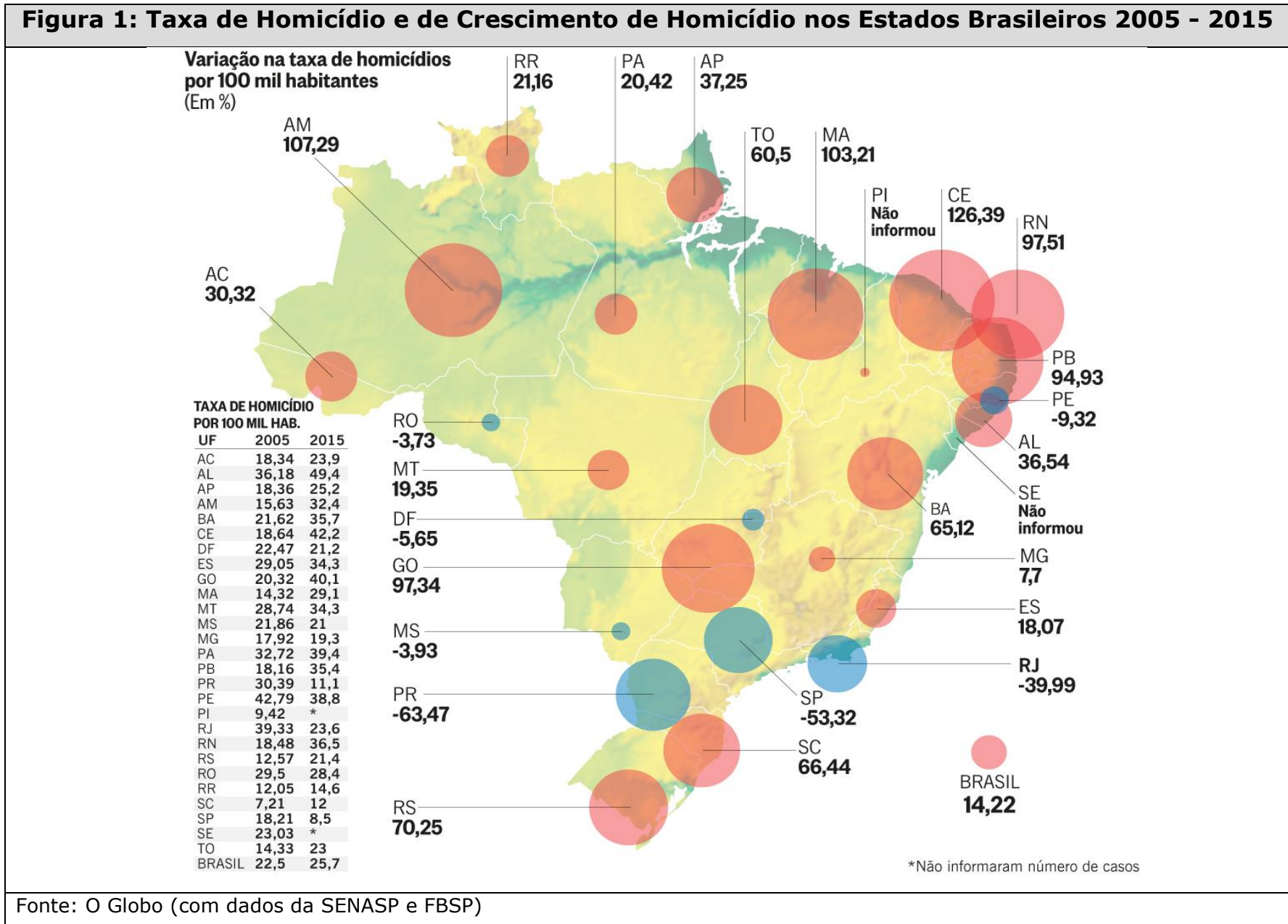
Prof. José Raimundo Carvalho
CAEN/UFC e LECO/CAEN/UFC



Realização

Comissão de Assuntos Econômicos, Senado Federal
05/09/2018, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário 19

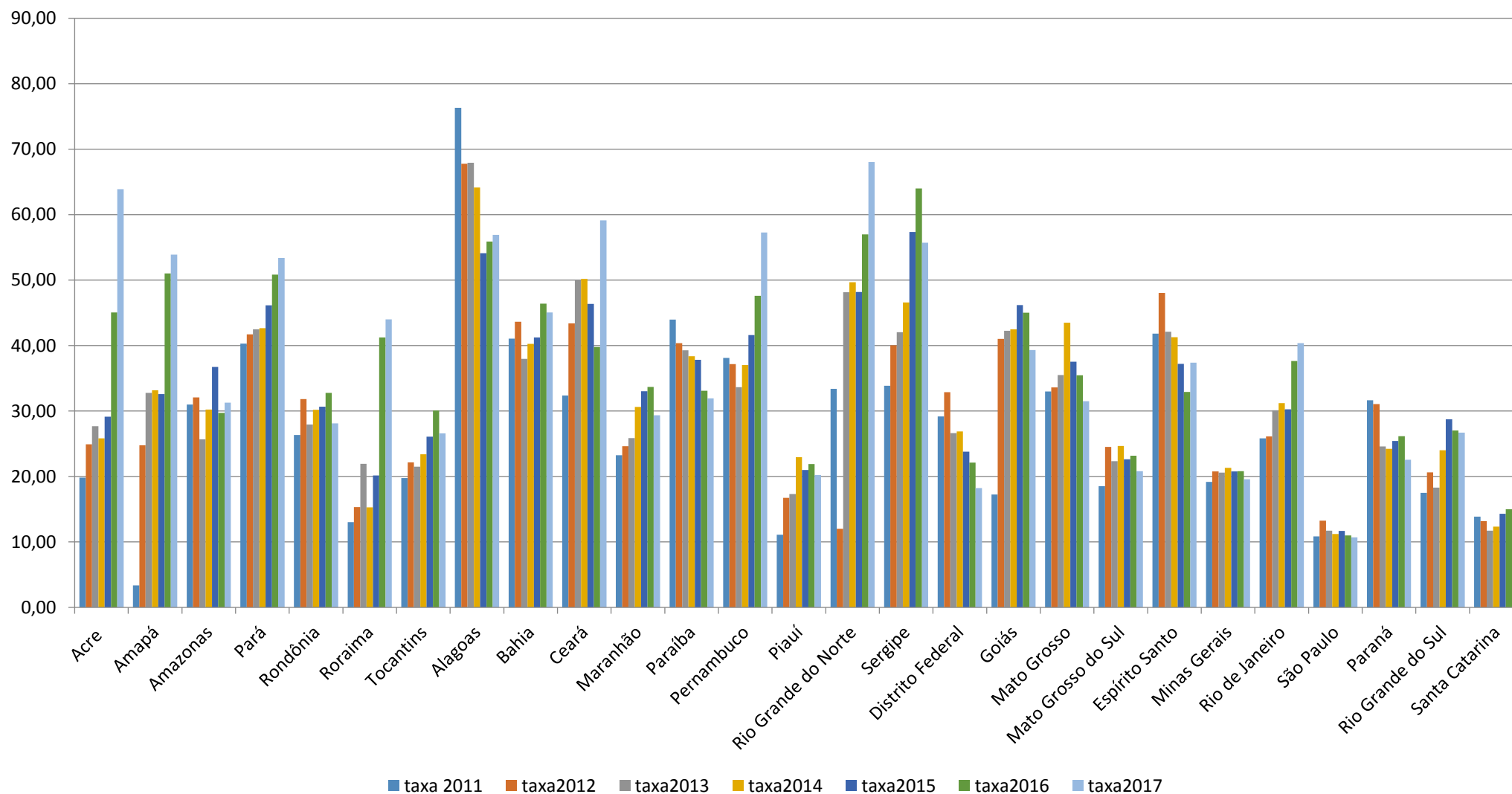
1. FATOS ESTILIZADOS I (Dinâmica da Criminalidade no Brasil)



Fonte: O Globo (com dados da SENASP e FBSP)

2. FATOS ESTILIZADOS II (Dinâmica da Criminalidade no Brasil)

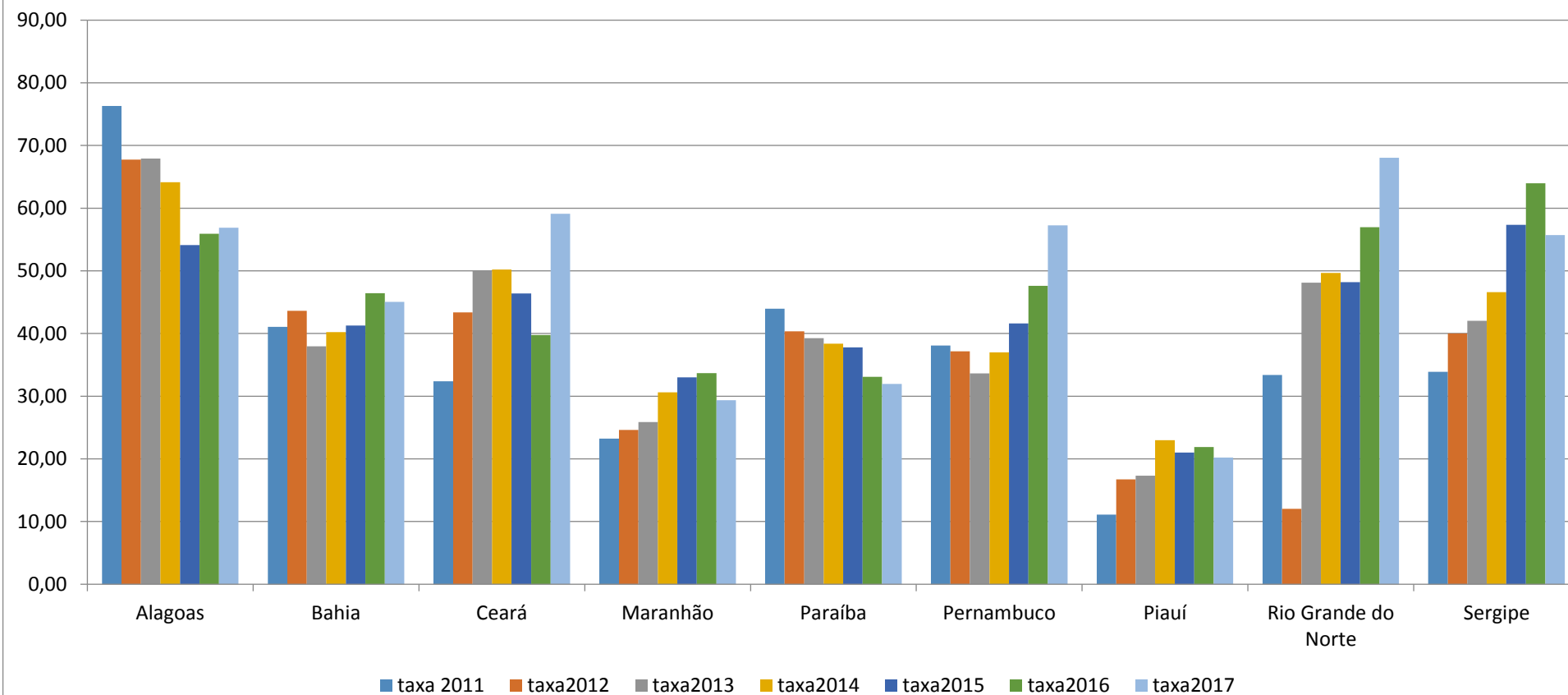
Figura 2: Taxa de Homicídio CVLI por 100 mil nos Estados Brasileiros, 2011 - 2017



Fonte: FBSP - Anuário 2018

3. FATOS ESTILIZADOS III (Dinâmica da Criminalidade no Nordeste)

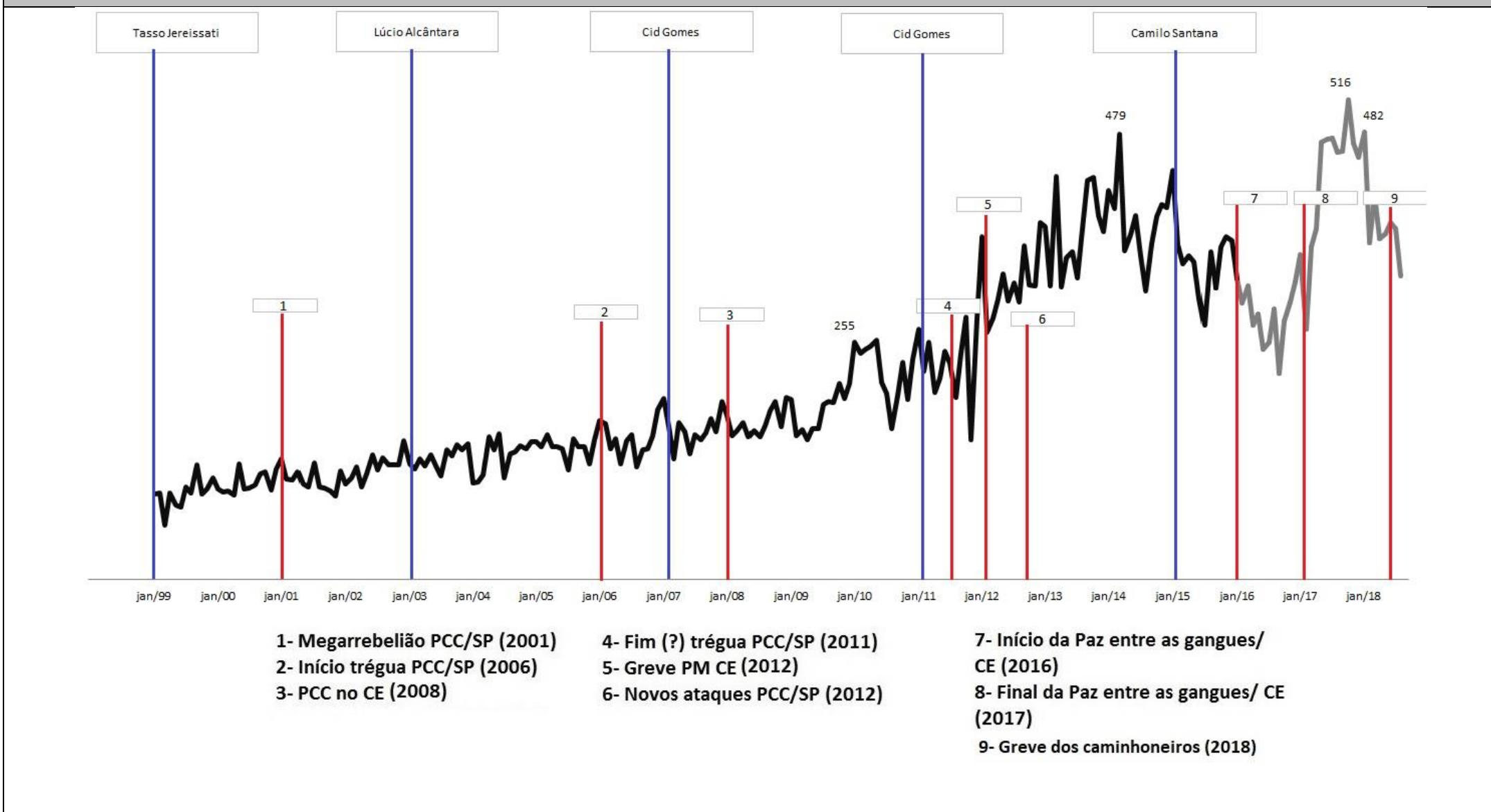
Figura 3: Taxa de Homicídio CVLI por 100 mil nos Estados Nordestinos, 2011 - 2017



Fonte: FBSP - Anuário 2018

4. FATOS ESTILIZADOS IV (Dinâmica da Criminalidade no Ceará)

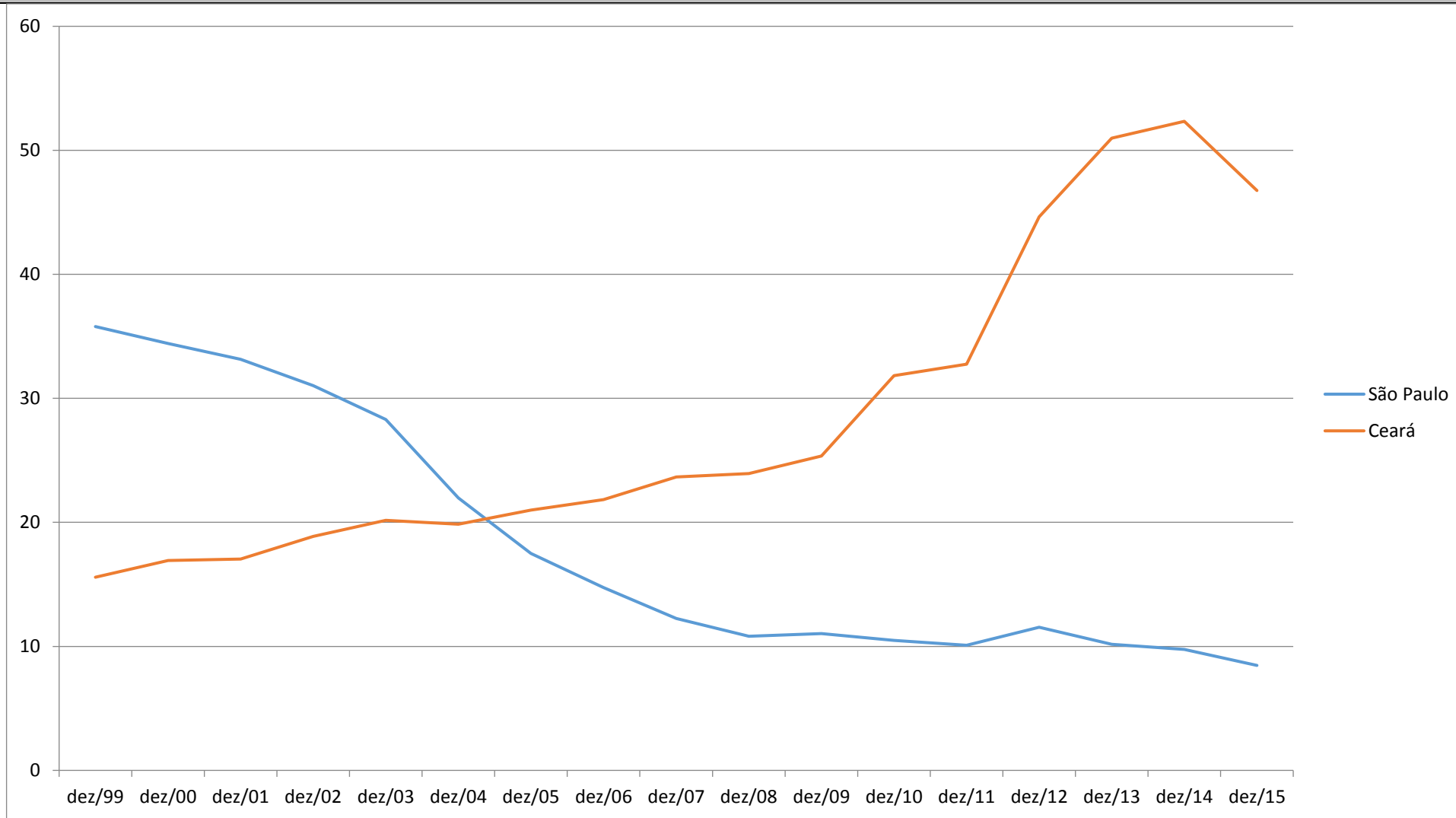
Figura 3: Número de Homicídios no Ceará, Janeiro/1999 – Agosto/2018



Fonte: Elaborada pelo próprio autor com dados do SIM/MS, 1999 a 2015 e SSPDS/CE, 2016 - 2018

5. FATOS ESTILIZADOS V (Ceará *versus* São Paulo)

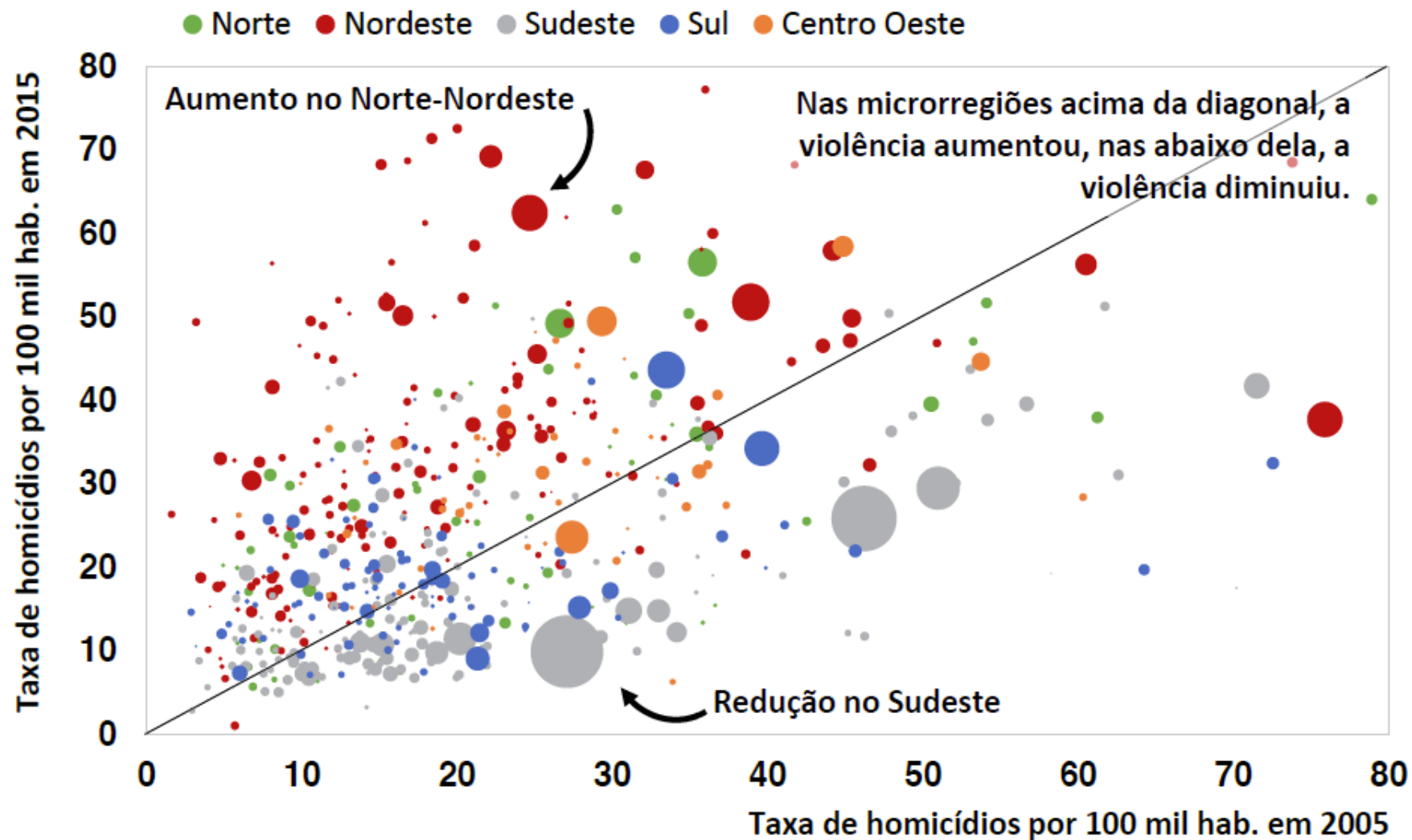
Figura 4: Taxa de Homicídios por 100 mil no Ceará e São Paulo, 1999 - 2015



Fonte: Elaborada pelo próprio autor com dados do SIM/MS, 1999 a 2015 e SSP/SP

6. FATOS ESTILIZADOS V (“PROTAGONISMO” DO NORDESTE E DO NORTE)

Figura 5: Brasil: Variação na Taxa de Homicídios por Microrregião, 2005-2015 (Homicídios por 100 mil habitantes, bolhas proporcionais à população da microrregião em 2015)



Fonte: Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos/Presidência da República, Brasil, Relatório de Conjuntura Nº 4 - 2018

7. FATOS ESTILIZADOS VI (Novo Padrão Homicida: Mortes de Mulheres)

Tabela 1: Número de Homicídios de Mulheres (CVLI) no Ceará

		2017				2018				VARIÇÃO (2017-2018) %			
		JAN	FEV	MAR	TRIM	JAN	FEV	MAR	TRIM	JAN	FEV	MAR	TRIM
Ceará	Geral	9	15	18	42	52	44	42	138	478	193	133	229
	Jovem [15, 24]	5	4	4	13	25	16	17	58	400	300	325	346
	Adulta [25, ∞)	4	8	12	24	26	23	23	72	550	188	92	200
	ND	0	3	2	5	1	5	2	8	-	-	-	-
Fortaleza	Geral	4	6	5	15	28	18	16	62	600	200	220	313
	Jovem [15, 24]	1	2	2	5	16	7	7	30	1500	250	250	500
	Adulta [25, ∞)	3	4	3	10	11	8	8	27	267	100	167	170
	ND	0	0	0	0	1	3	1	5	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da SSPDS/CE

8. DUAS PERGUNTAS QUE EXIGEM RESPOSTAS URGENTES E FUNDAMENTADAS

- **Por que chegamos à essa situação?**
- **Quanto custa isso?**

Por que chegamos à essa situação?

10. LISTA DE ARGUMENTOS FALACIOSOS UTILIZADOS POR GESTORES E GOVERNANTES PARA EXPLICAR A CRISE DE SEGURANÇA PÚBLICA

- ARGUMENTO FALACIOSO 1: Não há problema de homicídio
- ARGUMENTO FALACIOSO 2: Somente os estados do Nordeste calculam estatísticas criminais corretas
- ARGUMENTO FALACIOSO 3: O governo federal não combate ao crime organizado
- ARGUMENTO FALACIOSO 4: O problema é no Brasil inteiro
- ARGUMENTO FALACIOSO 5: A culpa é de São Paulo que criou o PCC
- ARGUMENTO FALACIOSO 7: Prevenção social é sempre a melhor solução
- ARGUMENTO FALACIOSO 8: Repressão qualificada e inteligência investigativa não funcionam
- ARGUMENTO FALACIOSO 9: “Especialistas” com “grifs” acadêmicas nos salvarão com um Plano de Segurança
- ARGUMENTO FALACIOSO 10: Temos que esperar por um Plano de Segurança Pública Nacional

11. O QUE REALMENTE ESTÁ ACONTECENDO?

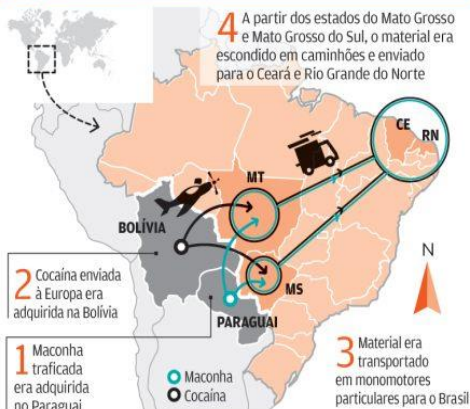
- Governos (especialmente no NE e NO) cometeram erros grosseiros em relação ao diagnóstico da violência nos seus estados e na escolha e condução de políticas de segurança pública
- Governos (especialmente no NE e NO) negligenciaram fatos e informações que poderiam ter mudado o curso da crise ao longo dos últimos mandatos
- Mesmo após várias gestões enfrentando problemas de segurança pública, os governos atuais desconsideraram:
 - A consolidação do tráfico de drogas e estruturação das gangs nos seus Estados (desde de meados de 2000 – PCC, CV e várias facções locais)
 - A inadequação da “Prevenção Social” em dar resultados de curto e médio prazos
 - A política orçamentária deficiente (baixo investimento em segurança pública) ineficiente

12. CONSOLIDAÇÃO DO TRÁFICO DE DROGAS I (NOVAS ROTAS DE TRÁFICO)

Figura 6: Caminhos do Tráfico I

Caminho do tráfico até a Europa

1 Entrando no Brasil



2 Distribuindo a droga



3 Lavagem do dinheiro



Fonte: Diário do Nordeste, 30/09/2015

Figura 7: Caminhos do Tráfico II

TRÁFICO

Caminhos da droga

- A principal droga comercializada no Brasil é a **cocaína**, que sai principalmente da **Colômbia, Peru e Bolívia**
- As drogas entram no Brasil de forma aérea, saindo dos países produtores por meio de **voos clandestinos ou embarcações**. Após entrar no Ceará, a droga é distribuída por diversos estados.
- No Ceará, pode chegar de diversos meios: **estradas, portos marítimos e Aeroporto Pinto Martins**

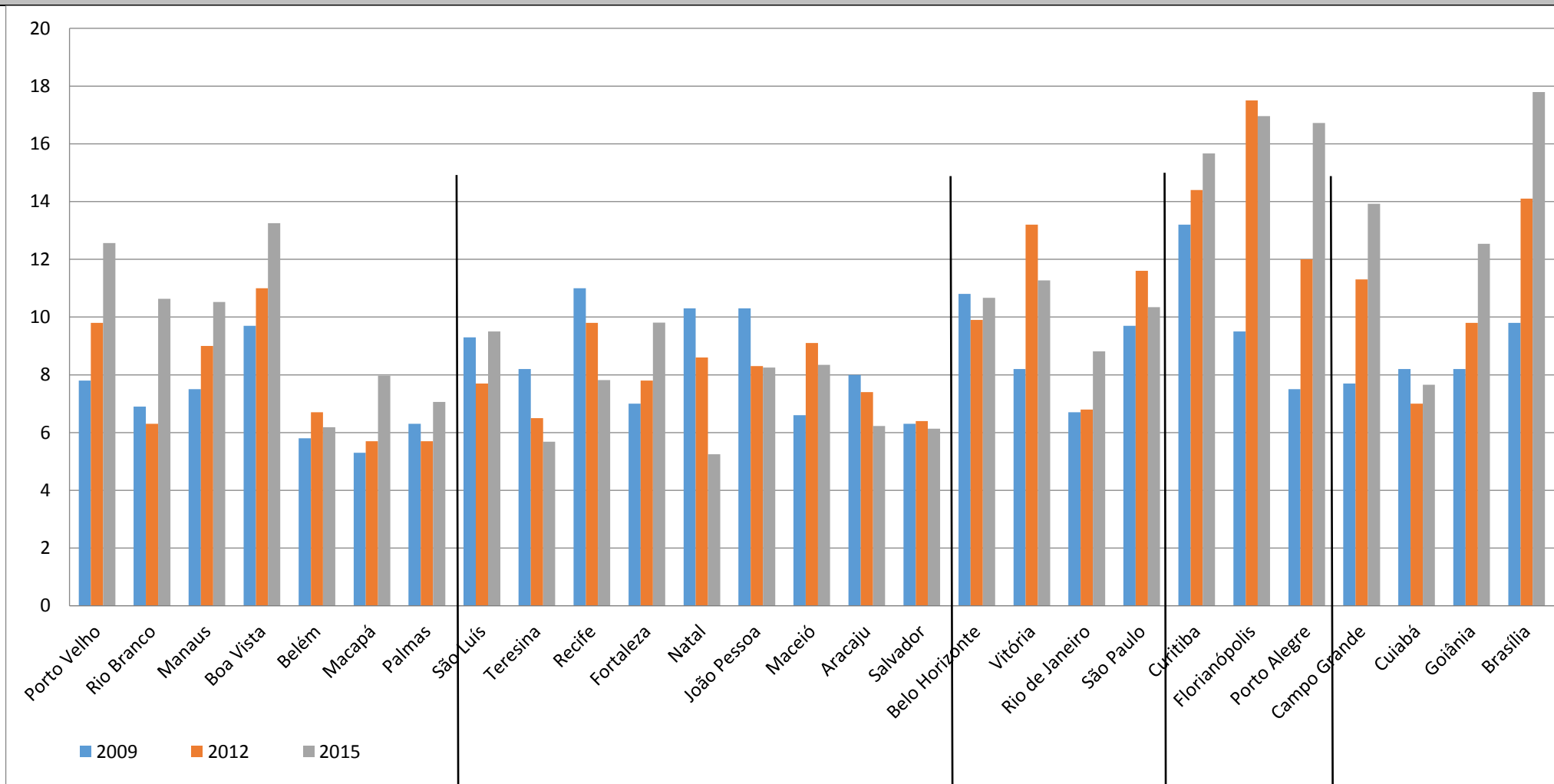


- Rota 1** Droga é produzida no Peru, depois vai para o Acre. De lá, as drogas são distribuídas para o Ceará e os demais estados brasileiros
- Rota 2** Droga é produzida na Colômbia, depois vai para o Amazonas. De lá, as drogas são distribuídas para o Ceará e os demais estados brasileiros
- Rota 3** Droga é produzida na Bolívia, depois vai para Rondônia. De lá, segue para o Ceará e demais estados
- Rota 4** A droga produzida na Bolívia também pode passar pelo Paraguai e de lá entra no Brasil pelo Mato Grosso do Sul. Depois, também é distribuída para outros estados

Fonte: Diário do Nordeste, 19/10/2015

13. CONSOLIDAÇÃO DO TRÁFICO DE DROGAS II (EXPLOSÃO DE CONSUMO)

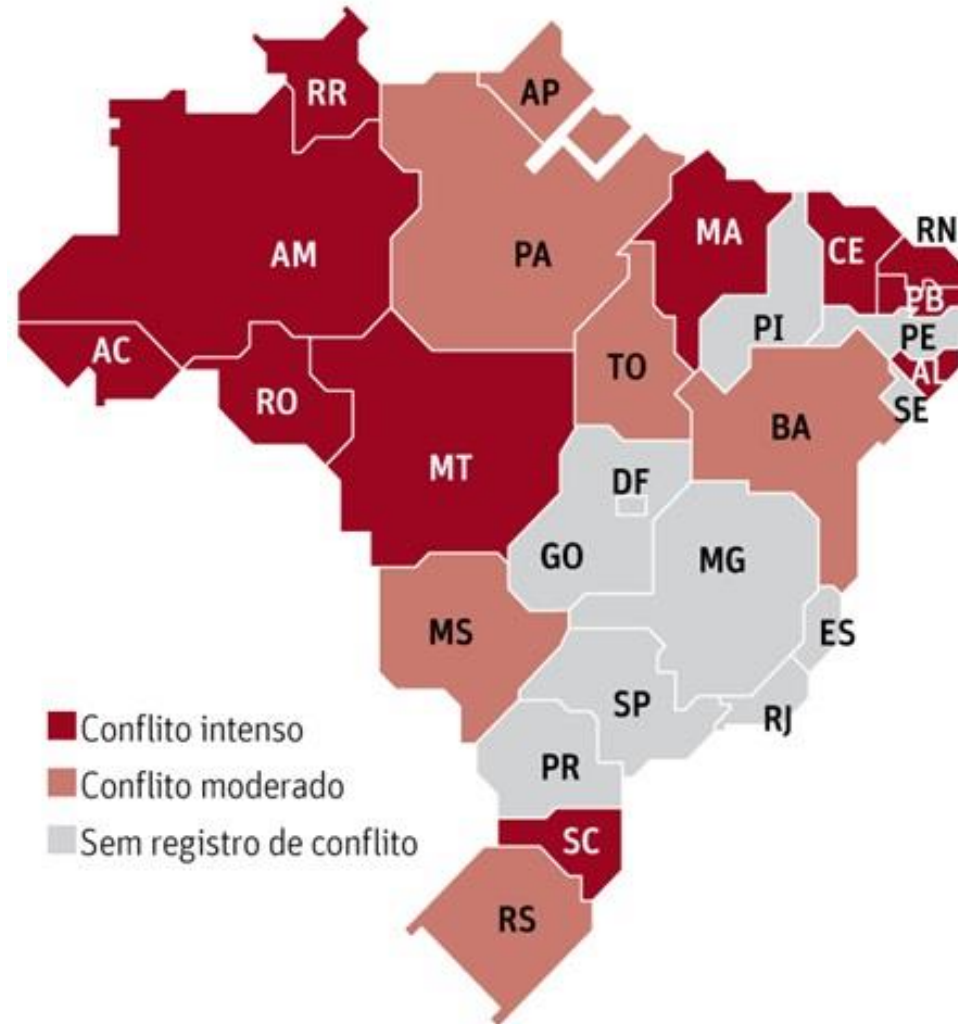
Figura 8: Percentual de escolares do 9º ano do EF que experimentaram drogas ilícitas alguma vez, 2009-2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, Amostra 2009, 2012 e 2015

14. CONSOLIDAÇÃO DO TRÁFICO DE DROGAS III (LUTA POR CONTROLE TERRITORIAL)

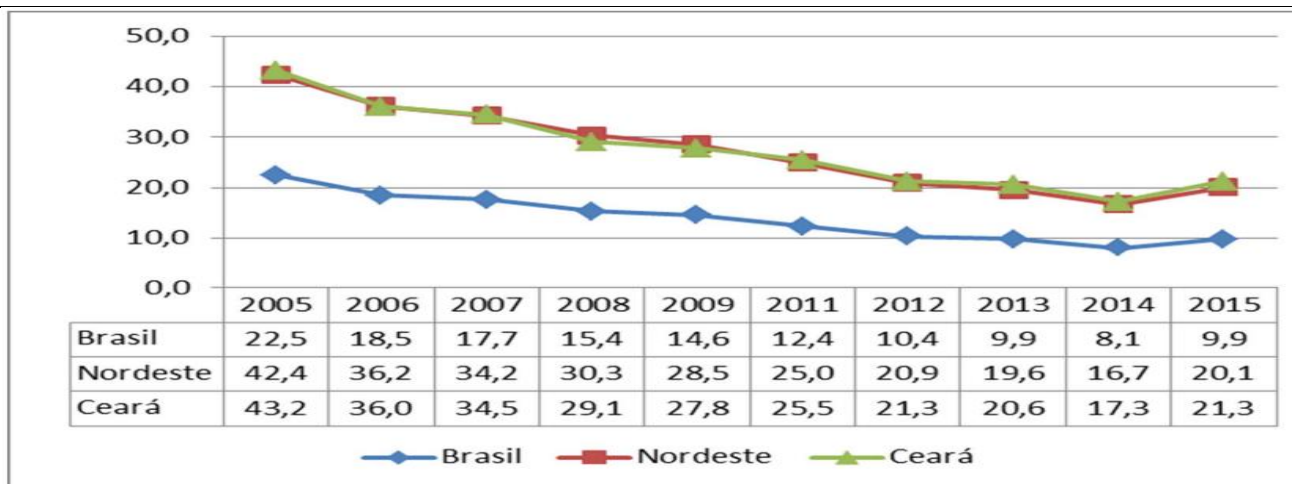
Figura 9: Geografia dos Conflitos entre Facções



Fonte: Jornal "O Nortão ", publicada em 10/08/2017

15. INADEQUAÇÃO DA "PREVENÇÃO SOCIAL" NO CURTO E MÉDIO PRAZOS

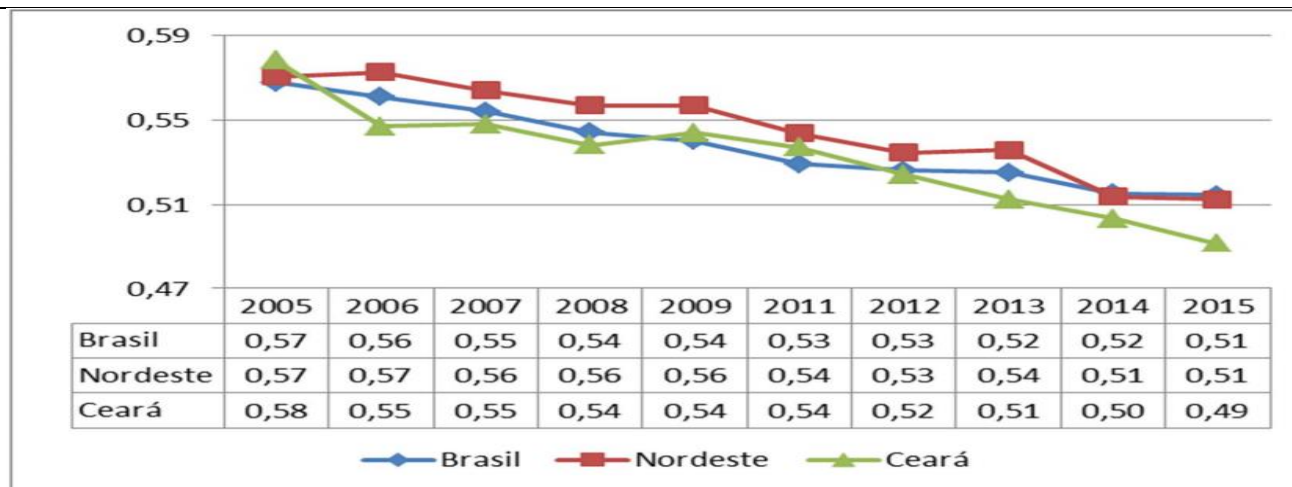
Figura 10: Pobreza



Fonte: PNAD / IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: A linha de pobreza é igual a R\$ 198, que corresponde a linha de pobreza de R\$ 140, em reais de julho de 2010, corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor específico para PNAD (INPC-PNAD).

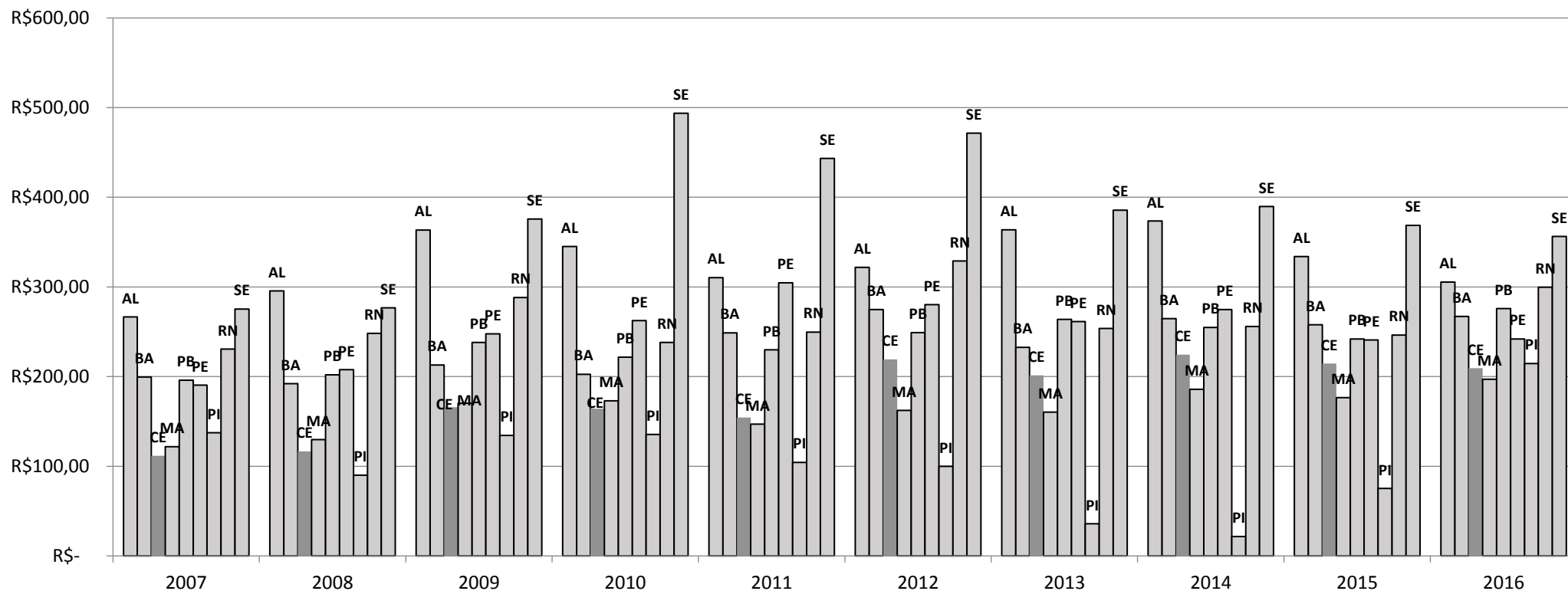
Figura 11: Índice de Gini



Fonte: PNAD / IBGE. Elaboração: IPECE.

16. POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA DEFICIENTE

Figura 12: Despesa Per Capita com Segurança Pública 2007-2016 (R\$ de Out/2017)



Fonte: STN, 2016. Valores atualizados de acordo com IGP-M, 10/2017

17. EQUÍVOCOS FUNDAMENTAIS DOS GOVERNOS ESTADUAIS E DO GOVERNO FEDERAL

- Não reconheceram que a crise homicida atual é turbinada por lutas entre facções pelo controle da entrada, receptação (estados do Amazonas e Roraima, principalmente – Família do Norte) e controle de entrepostos (Ceará e Rio Grande do Norte, principalmente – Guardiões do Estado) de distribuição de drogas nacional e internacional, e não uma criminalidade “clássica” explicada por inequidades sociais
- Conseqüentemente, adotaram planos de segurança pública inadequado
- O Governo Federal negligencia suas fronteiras e não coordena um esforço nacional
- Todos (estados e governo federal) desconsideram a crise-gêmea do setor penitenciário e suas relações intrínsecas e simultâneas com a crise de segurança pública

Quanto custa essa violência?

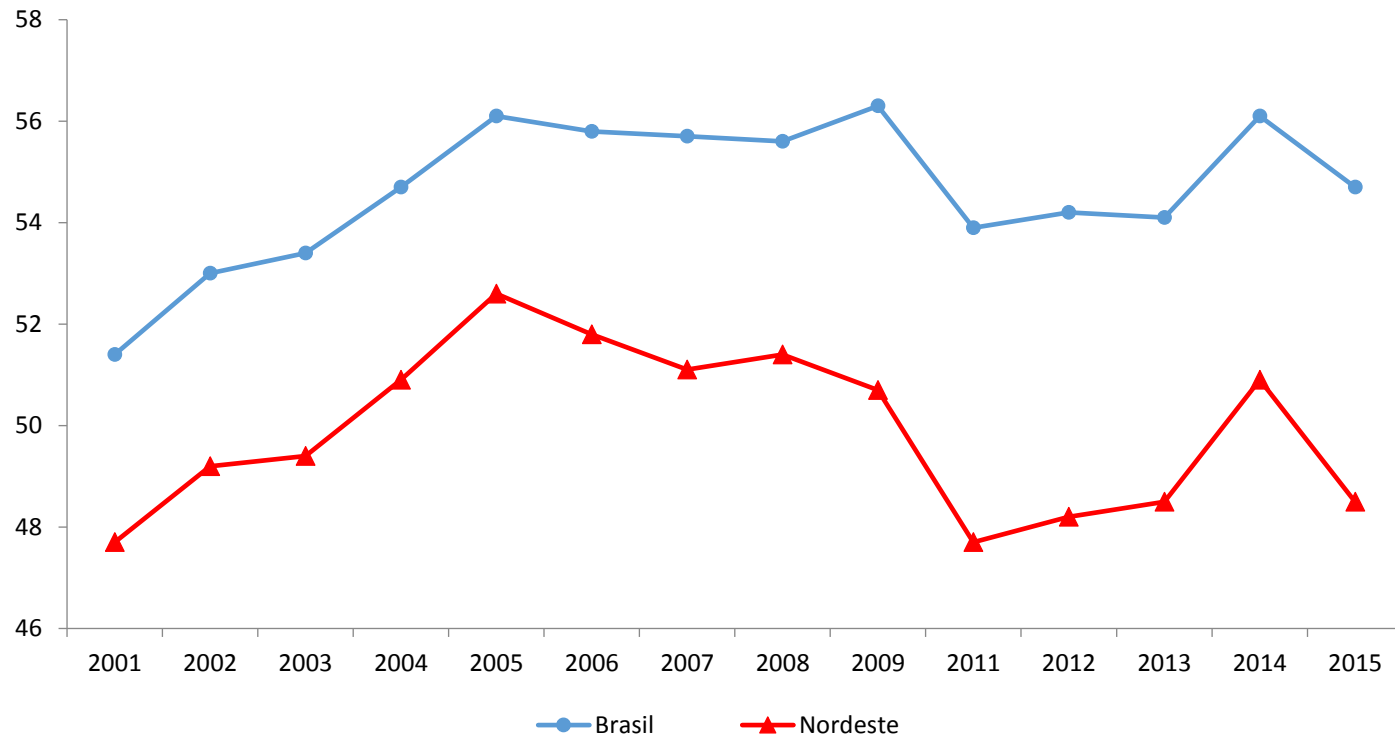
Vamos Enfatizar um Custo Esquecido:

Violência Doméstica e seu Impacto no Mercado de Trabalho das Mulheres

18. AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

- Nos últimos 35 anos, é notório o aumento na participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro e nordestino

Figura 12: Evolução da Força de Trabalho Feminina, Brasil e Região Nordeste

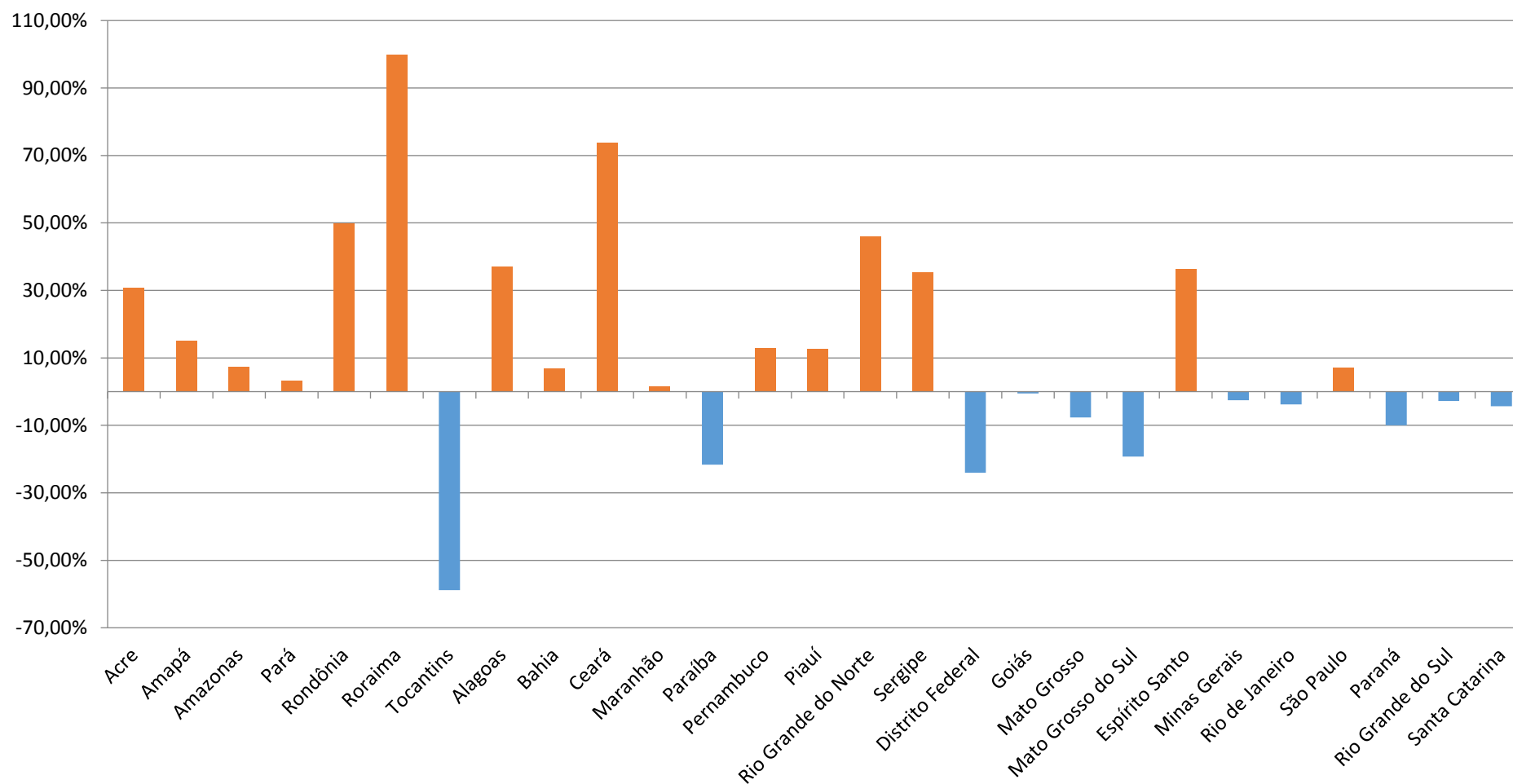


Fonte: PCSVDF^{Mulher} – Relatório Executivo 2 (2017)

- Entretanto, governos e gestores (públicos e privados) ainda aderem a culturas, análises e práticas que demonstram um viés de gênero (pró-masculino), desconsiderando questões que afetam desproporcionalmente as mulheres como, por exemplo, a violência doméstica

19. CONJUTURA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL

Figura 13: Taxa de Crescimento de Homicídios de Mulheres, 2016 - 2017



Fonte: PCSVDF^{Mulher} – Relatório Executivo Nº 2 (2017)

20. CONJUTURA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (O PROJETO PCSVDF^{Mulher})

- O Projeto PCSVDF^{Mulher} (Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher) iniciou em junho/2015 com um orçamento da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres/Ministério da Justiça, Brasil
- Trata-se do maior e mais completo estudo sobre violência doméstica e seus determinantes socioeconômicos já feito na América Latina e envolve a UFC, o Instituto Maria da Penha e pesquisadores europeus e americanos
- O projeto objetiva desenvolver conjunto de dados único, longitudinal, que permita o estudo da violência doméstica, da alocação de recursos e da distribuição do poder de barganha no domicílio, da saúde e das crianças e seu desenvolvimento cognitivo-emocional, e das inter-relações entre eles através de uma abordagem interdisciplinar
- PCSVDF^{Mulher} já coletou um conjunto de dados longitudinais com mais de 10.000 domicílios, finalizando com duas ondas de dados

21. CONJUTURA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO NORDESTE

Figura 14: Prevalência de Violência Doméstica nas Capitais do Nordeste, 2016 - 2017

Lifetime	City	Full 2016 (n=10,094)	Full 2017 (n=10,518)	Matched 2016 (n=4,665)	Matched 2017 (n=4,665)	Replacement 2017 (n=5,853)
<i>IPV</i>	Aracaju, SE	32,88 (28.89 - 37.13)	35,59 (31.7 - 39.67)	35,84 (29.66 - 42.51)	32,73 (27.32 - 38.64)	38,26 (32.76 - 44.06)
	Fortaleza, CE	34,21 (30.77 - 37.82)	36,46 (33.42 - 39.6)	32,27 (27.94 - 36.9)	35,53 (31.54 - 39.73)	37,68 (33.03 - 42.56)
	João Pessoa, PB	39,97 (36.34 - 43.71)	36,28 (32.79 - 39.91)	41,86 (36.26 - 47.67)	36,01 (30.72 - 41.65)	36,47 (31.86 - 41.34)
	Maceió, AL	40,47 (36.2 - 44.89)	34,30 (30.38 - 38.44)	42,68 (36.46 - 49.13)	34,58 (28.31 - 41.41)	34,12 (29.14 - 39.46)
	Natal, RN	44,16 (38.92 - 49.53)	34,14 (30.01 - 38.51)	42,97 (34.35 - 52.01)	32,16 (25.83 - 39.19)	35,45 (30.09 - 41.2)
	Recife, PE	37,25 (32.81 - 41.92)	37,60 (33.79 - 41.57)	38,26 (32.42 - 44.44)	35,93 (31.01 - 41.16)	39,92 (33.95 - 46.2)
	Salvador, BA	32,20 (29.05 - 35.53)	38,13 (34.87 - 41.51)	32,43 (27.95 - 37.25)	33,41 (28.9 - 38.24)	42,56 (37.9 - 47.36)
	São Luís, MA	27,89 (24.26 - 31.82)	28,50 (24.95 - 32.33)	29,81 (24.45 - 35.77)	30,68 (25.11 - 36.84)	26,93 (22.42 - 31.97)
	Teresina, PI	31,50 (27.02 - 36.34)	26,35 (22.88 - 30.13)	20,11 (14.78 - 26.68)	24,23 (19.52 - 29.63)	28,43 (23.46 - 33.96)

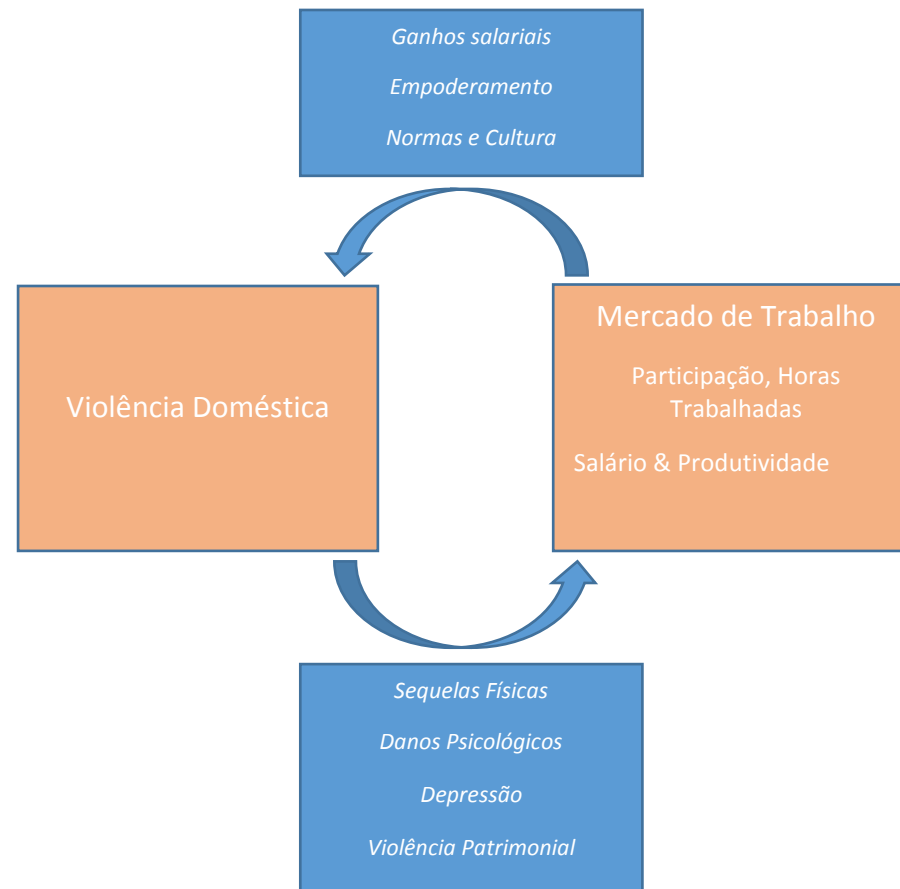
Source: Elaborated by the authors. Asymptotic Confidence Interval of 95% appears below, inside parenthesis.

Fonte: PCSVDF^{Mulher} – Relatório Executivo 2 Nº (2017)

22. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E MERCADO DE TRABALHO I

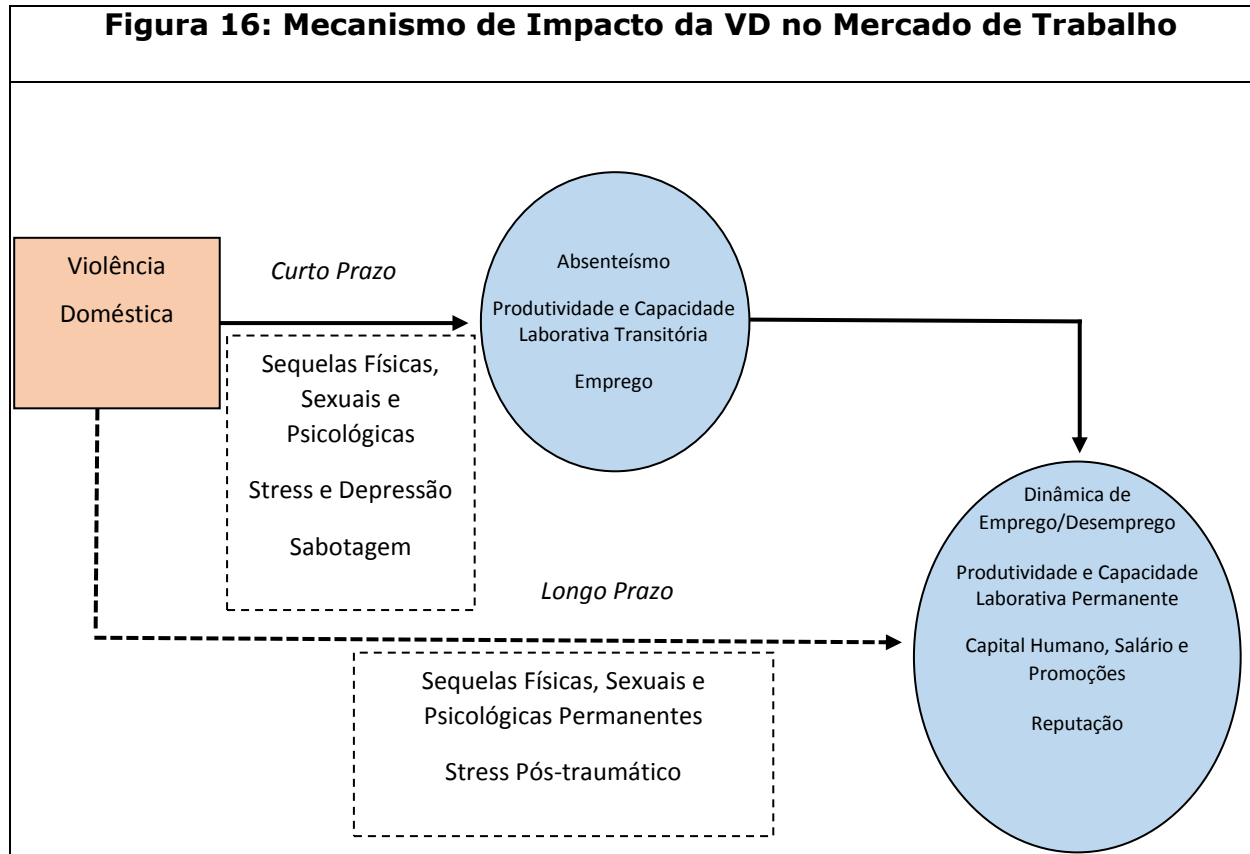
- Um dos fatores associados à violência doméstica ainda pouco analisado é o seu impacto no mercado de trabalho das mulheres

Figura 15: Relação Simultânea entre VD e Mercado de Trabalho



Fonte: PCSVDF^{Mulher} – Relatório Executivo 2 N° (2017)

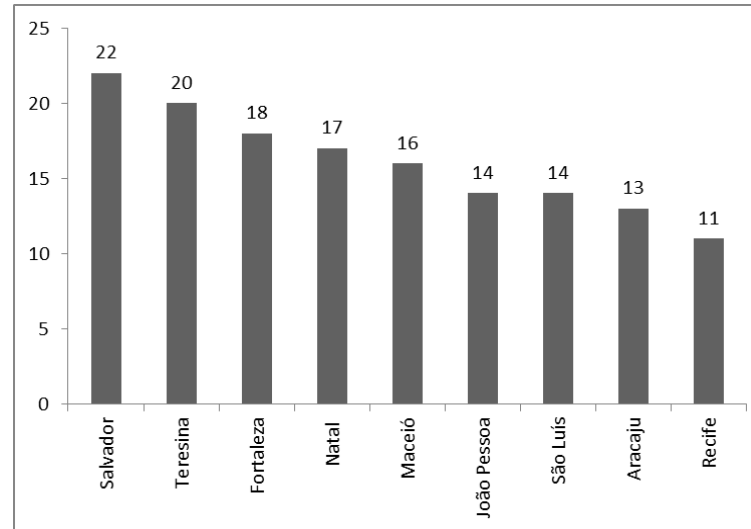
23. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E MERCADO DE TRABALHO II



Fonte: PCSVD^{Mulher} – Relatório Executivo 2 N^o (2017)

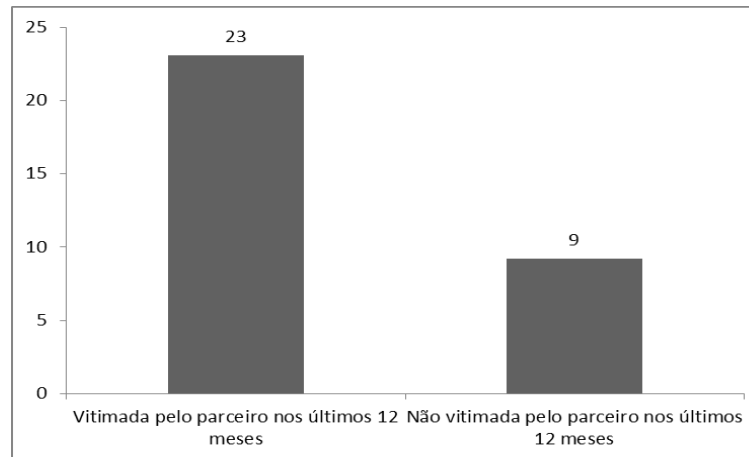
24. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTERFERÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Figura 17: Proporção de mulheres que sofreram interferência no trabalho dado que sofreram VD



Fonte: Elaboração própria com base na *PCSVDFMulher*

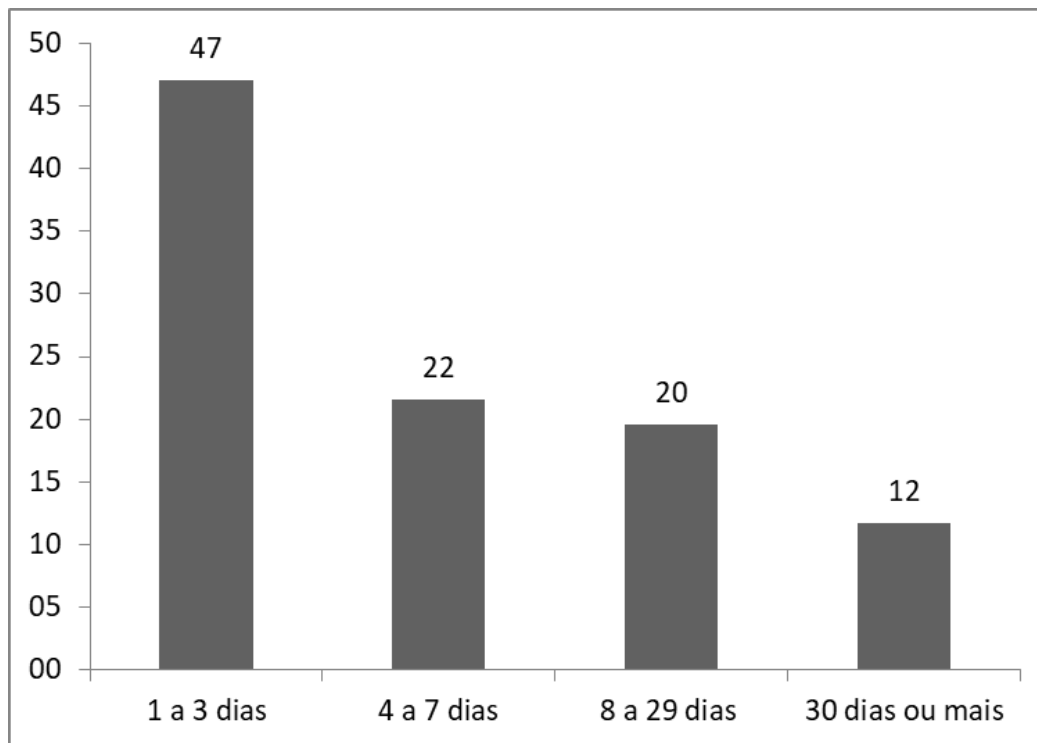
Figura 18: Proporção de mulheres que recusaram proposta ou desistiram de emprego



Fonte: Elaboração própria com base na *PCSVDFMulher*

25. CUSTOS DA VIOLÊNCIA E ABSENTEÍSMO

Figura 19: Distribuição de frequência (%) por intervalo de dias de trabalho perdidos



Fonte: Elaboração própria com base na *PCSVD^FMulher*

26. ESTIMANDO OS CUSTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

- Um rápido cálculo dos custos do absenteísmo em termos da massa salarial perdida decorrente da violência doméstica pode ser obtido utilizando os dados da *PCSVDF^{Mulher}*.
- Segundo a *PCSVDF^{Mulher}*, 12,5% das mulheres empregadas nas capitais nordestinas sofreram algum tipo de violência doméstica nos últimos 12 meses (ver, Carvalho e Oliveira (2016))
- Nesse grupo particular, aproximadamente 25% das mulheres reportaram ter perdido ao menos um dia de trabalho, ou seja, 54.777 mulheres.
- O impacto na massa salarial leva em consideração o valor do salário-hora entre as mulheres vítimas de violência doméstica (R\$ 8,16 em valores nominais de 2016). Desta forma, o dia de trabalho considerando uma jornada de oito horas vale, em média, R\$ 65,28.
- Extrapolando para todo o país, chega-se ao custo total de aproximadamente (14.931.836 dias perdidos x R\$ 65,28)
- Ou, um custo total anual de **R\$ 975 milhões**

27. CONSIDERAÇÕES FINAIS I

NOVO PADRÃO HOMICIDA NO NORDESTE E NORTE DO BRASIL

- i. Equívoco fundamental: não reconhecer que a crise homicida atual no NE e NO é turbinada por lutas entre facções pelo controle do tráfico e distribuição de drogas nacional, e não uma criminalidade “clássica” explicada por inequidades sociais
- ii. Isso exige planos e estratégias de segurança pública que privilegiem inteligência investigativa aliada à repressão qualificada, bem como um novo pacto federativo a nível estratégico, tático, operacional e orçamentário, diminuindo a ênfase (mas sem extinguir) ações de prevenção social
- iii. Imperativo da “microgestão” eficiente, eficaz e efetiva das ações de segurança pública
- iv. Gasta-se pouco e mal na segurança pública
- v. Administração da crise penitenciária é fundamental, bem como choque de gestão no Ministério Público e no Sistema Judiciário
- vi. Análise estatística & criminal, conceitos de geografias locais, racionalidade microeconômica e avaliação de programas e impactos
- vii. “Black Spots” e as inter-relações entre segurança pública e segurança nacional

28. CONSIDERAÇÕES FINAIS II

CUSTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

- i. A violência doméstica produz impactos negativos na capacidade dessas vítimas atuarem de maneira produtiva e plena no mercado de trabalho
- ii. Ser vítima de violência doméstica no Brasil impacta negativamente em várias dimensões relacionadas à capacidade laboral e produtividade como autonomia, capacidade decisória, nível de stress, entre outras
- iii. Todos esses efeitos custam muito caro não somente para as mulheres vítimas, mas para a economia do país, com reflexos tanto no setor público quanto no privado
- iv. Diante dessa evidência, gostaríamos de sugerir duas reflexões sobre iniciativas:
 1. Projeto de Lei do Senado nº 296/2013 que cria o Auxílio-Transitório Decorrente de Risco Social Provocado por Situação de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
 2. Iniciativa pioneira de algumas empresas brasileiras relacionada à implementação de políticas de recursos humanos com um foco maior nas questões de gênero, envolvendo iniciativas de “empoderamento” e suporte às suas funcionárias em situação de violência doméstica.

MUITO
OBRIGADO!